

CÂMARA DOS DEPUTADOS Gabinete do Deputado Federal Delegado Paulo Bilynskyj Praça dos Três Poderes, Anexo IV, Gabinete 509 70160-900 - Brasília-DF

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE LEI N. 2.093, DE 2024

Acresce dispositivo à Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), para estabelecer o registro anual, fotográfico e por vídeo, de condenado ao cumprimento de pena privativa de liberdade.

Autor: Dep. Bibo Nunes (PL/RS)

Relator: Dep. Delegado Paulo Bilynskyj

(PL/SP)

I. RELATÓRIO:

Trata-se de projeto de lei visando acrescentar artigo à Lei de Execuções Penais - LEP para tornar obrigatório o registro anual de foto e vídeo de condenados ao cumprimento de pena privativa de liberdade.

Em justificativa, o autor sustenta de forma simples que a medida tem por objeto assegurar, em caso de evasão, que as autoridades tenham acesso a informações visuais recentes que facilitem a rápida identificação e recaptura.

Recebo a proposta da CSPCCO com substitutivo global que acrescentou §§ 1º e 2º, possibilitando até dois meses de tolerância para o registro em caso de "intercorrência de saúde" e prevendo o uso exclusivo do documento pelo sistema prisional, destinada à análise da CCJC (art. 54 do RICD), em rito ordinário, sem emendas. Apreciação conclusiva pelas comissões.

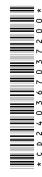
É a síntese do necessário.

II. VOTO DO RELATOR:

À CCJC compete, no caso, o exame de admissibilidade da proposta nos termos do art. 54 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

Página 1 de 2







CÂMARA DOS DEPUTADOS Gabinete do Deputado Federal Delegado Paulo Bilynskyj Praça dos Três Poderes, Anexo IV, Gabinete 509 70160-900 - Brasília-DF

Como já bem definido pelo parecer do Relator na CSPCCO, a proposta é meritória e, na prática, não traz nada de novo que possa, respeitados os limites impostos pela Lei de Abuso de Autoridade (art. 13, I, da Lei 13.869/19), eventualmente incorrer em inconstitucionalidade ou antijuridicidade.

Nessa temática, o substitutivo da CSPCCO, o qual ora analiso, tem em art. 2º a redação do § 2º do proposto art. 8º-A a limitação de uso do registro instituído pela norma, de modo que, respeitados tais limites, não se vislumbra qualquer ofensa direta ou indireta aos preceitos legais e constitucionais.

No que toca a técnica legislativa, idem. Não vislumbro qualquer irregularidade ou inadequação sujeita a ajuste.

Diante do exposto, no âmbito desta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, voto pela **constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa** do Projeto de Lei 2.093, de 2024, na forma do Substitutivo aprovado pela Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado.

Sala da Comissão, 13 de dezembro de 2024.

Deputado **DELEGADO PAULO BILYNSKYJ**Relator



